

Plano Brady atrasa adesão dos bancos

SÃO PAULO — Até que o governo americano defina com mais precisão o Plano Brady, o comitê de assessoramento dos bancos terá dificuldades em colher a adesão de dois terços das instituições credoras para liberar a segunda parcela de dinheiro novo ao Brasil, no valor de US\$ 600 milhões. Essa segunda parcela está embutida dentro do pacote de dinheiro novo — US\$ 5,2 bilhões — acertado entre o Brasil e o comitê dos bancos em setembro passado.

Mas como havia vinculação desse dinheiro com um empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao setor elétrico brasileiro que foi negado, os US\$ 600 milhões também estavam bloqueados. Houve um acordo entre o Brasil e os credores, mas o dinheiro não foi liberado, pois simultaneamente ocorreu a mudança de postura do governo americano em relação à dívida externa dos países em desenvolvimento. "Agora, os bancos aguardam uma definição dos termos do plano para garantir a adesão formal e a liberação da segunda parcela", revelou o presidente do Banco de Tokyo, Toshiro Kobayashi.

"Os bancos aceitaram desvincular o empréstimo da linha de financiamento para o setor elétrico brasileiro", afirmou Kobayashi.

hi. "Agora estamos em processo de adesão dos bancos aos US\$ 600 milhões, mas está havendo atraso, porque durante esse período houve a divulgação do Plano Brady". Segundo ele, isso criou um clima de expectativa entre os bancos credores, que desejam ver como o Plano Brady poderá ser posto em prática pelos países industrializados, bancos credores e países devedores. "Afinal, a proposta muda todo o esquema tradicional", acredita Kobayashi.

A dúvida principal dos bancos credores é sobre a aceitação de todos os países desenvolvidos do plano americano. "Mesmo que para o Brasil não haja uma mudança brusca, os bancos estão lutando na expectativa de aguardar como será o caminho a ser seguido pelo mundo a partir de agora", disse Kobayashi.

Já o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, afirmou que o plano americano irá beneficiar o Brasil e elogiou a iniciativa do governo dos Estados Unidos. Segundo Camões, se o Brasil conseguir reduzir a dívida externa em US\$ 30 bilhões no próximo ano, será um grande avanço para o país. Camões confirmou que o programa de conversão de dívida em investimento não está suspenso e que os leilões voltarão a ser realizados assim que os estudos do Banco Central demonstrarem que a base monetária está sob controle. O próximo leilão de conversão, garantiu ele, será realizado mesmo em Fortaleza, na Bolsa de Valores local.